

Debatedores ressaltam que remédio é um direito social

A utilização das patentes "pipeline" foi o tema mais polêmico da audiência pública realizada ontem na Comissão de Direitos Humanos e Minorias sobre o acesso a medicamentos. Os participantes dividiram-se entre críticas e questionamentos quanto à viabilidade do mecanismo - segundo o qual a patente expedida no exterior é reconhecida no Brasil apenas até o tempo em que ela leva para expirar no país de origem.

O deputado Paulo Teixeira (PT-SP) ressaltou que o custo dos remédios para o sistema público de saúde é um problema que precisa ser encarado. "A flexibilização desse direito já ocorre no mundo inteiro, como demonstrou a OMC", avaliou Teixeira, que sugeriu a audiência junto com os deputados Pedro Wilson (PT-GO) e Luiz Couto (PT-PB).

A representante do Conselho Nacional de Saúde Marília Coelho Cunha concordou com o parlamentar e destacou que uma das posições encara o medicamento como bem social, enquanto a outra considera os remédios mercadorias.

Paulo Teixeira enfatizou que "não é possível defender as patentes apenas sob a idêia de



O deputado Pedro Wilson (3º E/D) foi um dos autores do requerimento e coordenou a audiência

cumprimento dos contratos". Para ele, há uma "idealização de uma legislação que serve aos países que querem prender seu desenvolvimento a uma lei rígida de patentes".

O deputado lembrou que há monopólios e oligopólios na área de medicamentos. "Temos que questionar a constitucionalidade das patentes 'pipeline', pois estão em desacordo com a Constituição", defendeu.

Conhecimento

Já o ex-deputado Ney Lopes, que foi relator da Lei de Patentes (9.279/96), ressaltou que a lei aprovada obteve consenso na Câmara e garante a defesa do cientista brasileiro e do co-

nhacimento produzido no País. Segundo ele, isso foi um avanço, porque incluiu o Brasil no mercado internacional.

Na opinião de Lopes, a lei estimulou a pesquisa nacional, pois há garantia de que o conhecimento não será copiado. Além disso, ele afirmou que a patente não determina o preço do produto, mas que este é definido pela carga tributária e pelo grande número de atravessadores no mercado. Para ele, o preço dos remédios é um problema mundial, não apenas brasileiro. Para contornar a dificuldade, pode ser usada a licença compulsória, sem desestimar a pesquisa e o desenvolver inovações.

Direito

Para Paulo Teixeira, contudo, "o atual mercado não permite mais que os povos em desenvolvimento e os pobres tenham direito ao medicamento". "A Índia fez uma transição de 11 anos e desenvolveu uma indústria de genéricos, enquanto nós aceitamos estas patentes contra o interesse do povo brasileiro e da indústria

farmacêutica brasileira".

A representante do Conselho de Saúde informou que "não há pedidos de patente para tuberculose e hanseníase no Brasil, pois essas doenças são negligenciadas pela indústria". Segundo ela, há 50 milhões de brasileiros infectados por tuberculose e 6 mil brasileiros que já morreram em 2007. (Cristiane Bernardes)

Governo e indústria divergem

Enquanto representantes de organizações não-governamentais e do governo defenderam o medicamento como um direito social, alguns participantes da audiência destacaram a importância da proteção à propriedade intelectual para a indústria. O agente de propriedade intelectual Gustavo de Freitas Moraes, explicou que o produto patentado na forma "pipeline" não poderia estar à venda em nenhum outro lugar do mundo. O dispositivo vigorou por apenas um ano. Nesse período, houve 1.199 pedidos de patentes desse tipo depositadas e 816 concedidas. Ele estimou que a metade dessas patentes já expiraram.

A representante do Conselho Nacional de Saúde Marília Coelho Cunha lembrou que o faturamento mundial com remédios em 1999 foi de 927,9 bilhões de dólares. Desse total, de 15% a 20% são gastos em publicidade e 80% da produção e do consumo de medicamentos está nos países desenvolvidos. O diretor de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde, Dirceu Barbano, criticou o prazo para entrada em vigor da lei de patentes, pois não houve tempo para a indústria nacional se adaptar às inovações. Para o diretor do Fórum ONG Aids, Rodrigo de Souza Pinheiro, o objetivo da discussão precisa ser a garantia da sustentabilidade e acesso aos medicamentos contra Aids. (CB)